

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte

*O Estado de São Paulo*

Class.:

*Tribunal Russell*

Data

*22.02.81*

Pg.:

*DI TR 103*

### Um desagravo que já tardava

190  
Os religiosos salesianos que atuam junto às populações indígenas na Amazônia sempre se pautaram por uma extrema discrição, como convém a verdadeiros missionários que se dedicam, pelo trabalho e pelo exemplo, à continuidade da obra de dom Bosco. Não que lhes sobre espírito de conciliação e lhes faltem fibra, energia e firmeza: estas qualidades lá estão presentes e misturadas em boa dosagem, como provam os que sacrificaram suas vidas na defesa dos índios. Seu trabalho é silencioso e, por isso, menos conhecido do que o das demais organizações religiosas que atuam junto ao indígena que, como o Cimi, vêem em todo e qualquer fato e causa motivo para um alarde freqüentemente estéril. São, portanto, dois estilos completamente diferentes um do outro, divergentes mesmo.

É por isso que vimos, com agradável surpresa, a decisão da

19: Assembléia Geral da CNBB de desagravar o bispo da Prelazia do Alto Rio Negro, dom Miguel Alano, e os salesianos que atuam na área, das acusações que receberam do Tribunal Bertrand Russell. Mas, ao mesmo tempo em que reconhecemos e aplaudimos o acerto da CNBB, de cujas decisões freqüentemente discordamos ou colocamos sob reserva, é preciso registrar o clima de desarmonia e desconfiança que prevalece entre as diversas correntes religiosas que tratam do problema do índio. E este clima ficou mais uma vez patentado quando o vice-presidente do Cimi, dom Tomás Balduino, sentiu-se na obrigação de esclarecer que as acusações contra dom Miguel Alano e os salesianos não haviam partido do órgão anexo à CNBB.

Venham de onde vierem, as acusações que atingem os religiosos brasileiros são, no míni-

mo, ridículas. Mas, divulgadas no Exterior, principalmente na Europa, onde o tema atrai, fascina e apaixona o público, estas imputações falsas são capazes de formar opinião, principalmente em audiências crédulas e ignorantes das realidades brasileiras. Afinal, quantas pessoas, até mesmo no Brasil, sabem quantos padres militam na Prelazia do Alto Rio Negro; que o distrito de Iaretê tem 20 mil km<sup>2</sup>, e que, portanto, os salesianos não podem possuir ali 43 mil km<sup>2</sup>; que a língua *nhengatu* já era falada na região há mais de 100 anos? E quem, privado de informações sobre a vida em uma das mais remotas regiões do Continente, não se escandalizaria com acusações de que padres estariam promovendo o tráfico de índias, que se substituiriam em Manaus?

Por si só, o fato é muito sério. Torna-se ainda mais grave quando ficamos sabendo, pelas decla-

rações de dom José Cornelis, que já foi bispo na África, que estas acusações fazem parte de uma campanha internacional contra as missões católicas, patrocinada por uma organização chamada Europa dos Povos, "nitidamente marcada por uma ideologia determinada". E é extremamente perturbador que esta campanha caluniosa tenha sido encampada, a priori, pelo Tribunal Bertrand Russell. Criado pelo velho filósofo e pacifista inglês para julgar, em nome da Humanidade, os crimes cometidos pelos Estados, o Tribunal Russell é uma entidade particular, e como tal, incapaz de impor penas. Sua força situa-se no plano moral e na capacidade de atingir a opinião pública internacional. Endossando acusações caluniosas e implausíveis, como estas que atingiram os salesianos, o Tribunal Russell submete-se, ele mesmo, ao julgamento moral da Humanidade.